

JORNAL DO SERVIDOR

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula e o presidente do IBGE, Marcio Pochmann

Servidores do IBGE alertam para perda de autonomia

Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgaram documento em que manifestam preocupação com mudanças na estrutura de governança do órgão. Segundo eles, a indicação direta do presidente pelo Poder Executivo enfraquece a independência institucional, motivo pelo qual defendem a adoção de uma lista tríplice escolhida internamente para a nomeação do comando da entidade. O texto também aponta a retirada de quadros técnicos de áreas estratégicas, inclusive no processo de atualização das Contas Nacionais, o que poderia comprometer a credibilidade das estatísticas oficiais. O grupo ainda alerta para possíveis riscos ao controle e à proteção de dados sigilosos de cidadãos e empresas coletados pelo instituto.

Caso Refit: Ações contra fiscais da ANP

Sindicatos que representam servidores da Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgaram nota em defesa da atuação técnica da autarquia após fiscalização da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (Refit), no RJ. As entidades afirmam que os servidores atuaram dentro de suas atribuições legais e criticam tentativas de descredibilizar o trabalho da agência. A manifestação ocorre em meio à disputa envolvendo a interdição da refinaria e ações movidas contra fiscais da ANP.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Inep: avaliação pode ser utilizada por estados e municípios

Prova Nacional Docente (PND) 2026

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou o edital da Prova Nacional Docente (PND) 2026, avaliação que poderá ser utilizada por estados e municípios em concursos e processos seletivos para professores da educação básica pública. Podem participar concluintes de cursos de licenciatura e profissionais já formados. As oportunidades abrangem áreas como Matemática, Pedagogia, Biologia, História, Geografia e Letras. As inscrições estarão abertas de 22 de junho a 3 de julho, com aplicação das provas em 20 de setembro.

Mais de 8 mil vagas no IBGE

O IBGE abriu processo seletivo simplificado com 8.238 vagas temporárias para atuação no Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As oportunidades são para candidatos com ensino médio completo, com salários entre R\$ 2.128 e R\$ 4.008, além de benefícios. As inscrições seguem até 1º de julho pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC). A prova objetiva está prevista para 27 de setembro.

Greve I

A greve dos servidores de Taubaté chegou na sua terceira semana nesta segunda-feira (15). A paralisação segue tendo reflexos nos serviços essenciais da cidade, como saúde e educação. Foi identificado que o sistema escolar está contando com auxiliares e alunos, mas continua sem atividades pedagógicas.

Greve II

Ainda nesta segunda-feira, servidores municipais realizaram um novo protesto em frente ao Palácio do Bom Conselho. Também estava prevista uma audiência com a Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Municipais, com o objetivo de conciliação e de tentar chegar ao acordo para o fim da paralisação.

TSE I

A decisão de criar um grupo de trabalho que estabeleça critérios sobre o uso das redes sociais por servidores e colaboradores do TSE durante o período eleitoral causou incômodo. Foi determinado um prazo de 30 dias para que um relatório seja elaborado para ser usado de base para a elaboração da norma.

TSE II

Para parte dos servidores, os problemas relacionados ao funcionamento da Justiça Eleitoral não estão no trabalho realizado pelos técnicos responsáveis pelas eleições anteriores e pela confiança no sistema de votação. Entre os funcionários, a medida tem sido vista como uma tentativa de restringir manifestações políticas dos servidores.

Gratificação I

O TCU criou uma gratificação para servidores que exercem atividades consideradas de alta complexidade técnica, fiscalização e gestão institucional. O benefício começa a ser pago neste mês e terá valor variável de acordo com o cargo ocupado, podendo representar de 6% a 15% da remuneração mensal.

Gratificação II

A gratificação segue modelo já adotado por outros órgãos. O ato foi assinado pelo presidente do tribunal, Vital do Rêgo, e pelo vice-presidente, Jorge Oliveira. O documento destaca a produtividade da Corte e sua atuação na fiscalização de recursos públicos, mas não informa o impacto financeiro da medida.



Inclusão no PGPE é uma das reivindicações dos servidores

Servidores de nível médio buscam Plano de Carreiras

Condsef também pede regulamentação de gratificação

Da Redação

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) encaminhou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) três ofícios cobrando respostas sobre reivindicações consideradas prioritárias para os servidores administrativos de nível médio do Poder Executivo Federal.

Os documentos tratam de temas ligados à reestruturação de carreira, valorização profissional e remuneração de trabalhadores vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), à tabela da Previdência, Saúde e Trabalho (PST), ao Ministério da Fazenda e a outras carreiras administrativas.

Uma das principais demandas é a realização de uma reunião para discutir a inclusão desses servidores na carreira de Analista Técnico do Poder Executivo (ATPE), criada pela Lei nº 15.367/2026. A Condsef argumenta que muitos profissionais já desempenham atribuições compatíveis com as previstas para a nova carreira e defendem seu enquadramento. Como alternativa, a entidade propõe a criação de uma carreira específica para o segmento.

Outro pedido refere-se à regulamentação da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas (GTATA), também prevista na Lei nº 15.367/2026. A confederação solicita a publicação

dos atos normativos necessários para viabilizar o pagamento da gratificação, além da definição dos critérios para sua distribuição.

A entidade também reivindica a instalação de uma mesa específica de negociação para os servidores administrativos de nível médio do Executivo Federal. A proposta é criar um canal permanente de diálogo para tratar de temas como reestruturação salarial, qualificação profissional, desenvolvimento funcional e correção de distorções remuneratórias.

Segundo a Condsef, a ausência de respostas formais e de um espaço institucionalizado de negociação tem ampliado a insatisfação da categoria. A entidade afirma que as mudanças promovidas pela Lei nº 15.367/2026 aprofundaram diferenças salariais entre carreiras do serviço público federal.

Nos ofícios enviados ao MGI, a confederação defende que os servidores administrativos desempenham papel estratégico para o funcionamento da administração pública e precisam ser contemplados nas políticas de valorização do funcionalismo.

A entidade reforçou a importância da mobilização dos trabalhadores e classificou o momento como decisivo para o avanço das negociações. Até o momento, o Ministério da Gestão e da Inovação não havia divulgado posicionamento público sobre os pedidos apresentados pela confederação.